

ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO: PRÉ-ESCOLA, MERENDA E SAÚDE ESCOLAR

João Pedro da FONSECA *

RESUMO: A partir do relato de suas pesquisas acadêmicas, o autor desenvolve o tema da assistência ao educando. A pré-escola foi tema de seu Mestrado e a merenda escolar, do Doutorado. A Livre-docência será sobre Saúde Escolar ou Macro-planejamento educacional. Colocando o fracasso escolar como sua preocupação central, desenvolve criticamente o papel dos "paliativos" como seus "antídotos". Procura desmistificar o discurso da merenda escolar e defender sua prática com tríplice finalidade: biológica, assistencial e educativa. Conclui pela necessidade de integração dos profissionais da educação e da saúde num esforço interdisciplinar e multiprofissional comprometido com a garantia do exercício da cidadania da população. Pretende o autor sugerir estudos que aproximem a educação e saúde, a Pedagogia e a Medicina, os médicos descalços e os professores leigos, os profissionais e os pesquisadores dessas duas áreas geralmente desprezadas no estabelecimento de prioridades governamentais: a Educação e a Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Educação pré-escolar. Merenda escolar. Saúde escolar. Assistência ao educando. Política social.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste "artigo-depoimento" é apresentar um relato dos estudos acadêmicos que realizei na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo — dissertação de Mestrado e tese de doutoramento e dos primeiros passos dados no desenvolvimento do tema da tese de Livre-docência.

Ao realizá-lo, espero mostrar o fio condutor dos meus estudos, minhas motivações, dúvidas, conclusões a que cheguei, estabelecer "diálogo" com pesquisadores das áreas de Educação e Saúde, Educação e Políticas Públicas e interessar os estudiosos do Macro-planejamento educacional.

FRACASSO ESCOLAR, A PREOCUPAÇÃO CENTRAL

A exclusão e a repetência no sistema escolar brasileiro me intrigam desde o curso de graduação em pedagogia e continuam me inquietando até os dias de hoje.

* Professor Doutor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

A constatação de que mais ou menos a metade das crianças que ingressa na primeira série do primeiro grau não consegue passar para a segunda série, repetindo de ano e, não raro, sendo excluída da escola, deixa intranquilo qualquer profissional responsável da área da educação.

Repetência e exclusão configuram o que se convencionou chamar de fracasso escolar, uma expressão ambígua porque tanto pode significar fracasso *na* escola quanto fracasso *da* escola.

Algumas interrogações são inevitáveis quando se estuda essa questão: Por que tantas crianças não conseguem êxito nos estudos? Quem são as crianças que obtêm sucesso e quem são as que fracassam? Quais as características de um grupo de crianças e do outro? O que as distingue? Quais as causas e as conseqüências desse fenômeno? O que ele significa para o sistema educacional, para a sociedade e — o mais importante — para a criança?

Outras questões relacionadas precisam também ser respondidas pois estão no cerne do problema: o que é a escola? Que papel desempenha? O que representa ela para as crianças que vão bem e para as que vão mal nos estudos? Qual é sua especificidade? O que oferece ela aos que a procuram? Como deve ser organizada para cumprir os objetivos estabelecidos? Deve ser agência exclusivamente pedagógica ou pode desempenhar também funções chamadas assistenciais ou de promoção humana?

No que se refere à produção do fracasso escolar, ainda que mal comparando, poderíamos dizer que uma empresa com a "produtividade" da escola brasileira teria a falência ou, no mínimo, a concordata requerida. Uma análise dos índices de exclusão escolar e repetência no Brasil nos leva a concluir que o sistema escolar brasileiro é uma instituição falida ou, no mínimo, concordatária.

Sejamos generosos e admitamos que a situação seja "apenas" de concordata, definida pelo dicionário do Aurélio como: "Benefício concedido por lei ao negociante insolvente e de boa fé para evitar ou suspender a declaração de sua falência, ficando ele obrigado a liquidar suas dívidas segundo for estipulado pela sentença que concede o benefício".

Que dívida é essa que a escola, "insolvente e de boa fé", tem a obrigação de saldar? Como pode ela sair da situação "pré-falimentar" em que se encontra? Como deve ser a estrutura e o funcionamento do ensino para que ele cumpra, eficaz e eficientemente, sua função social? Que papéis cabem à escola na sociedade brasileira atual?

Não é novidade para ninguém que a escola pública brasileira vai mal. Como diz o título de um livro de Darcy Ribeiro, "nossa escola é uma calamidade".

Além de fazer essa constatação, entretanto, é necessário perguntar: Por que isso acontece? Foi sempre assim? Pode ser diferente?

E por que não tem sido? De quem é a culpa? O que fazer para modificar essa situação? Por onde começar? Quais as causas do fracasso escolar? Fracasso *na* escola ou fracasso *da* escola?

CAUSAS INTRAESCOLARES E EXTRAESCOLARES

O fracasso escolar é um fato e, segundo o ditado popular, "contra fatos não há argumentos". As interpretações, entretanto, são polêmicas e dão margem a muitas discussões.

Os debates têm levado, geralmente, a uma polarização, colocando-se de um lado os que atribuem a culpa do fracasso à escola e do outro os que buscam fora dela as explicações, localizando-as na sociedade, na criança ou na família. Enquanto aqueles colocam a escola no pelourinho, estes procuram álibes para tirá-la do banco dos réus.

Como "a virtude está no meio" (*in medio virtus*, segundo os latinos), esta polarização carece de sentido. Não há razão para usarmos a conjunção alternativa *ou* em lugar da conjunção aditiva *e*. Por que as causas têm que ser internas ou externas e não internas e externas? Não seria esta uma falsa dicotomia?

Por que não admitir que, em parte, o insucesso de muitas crianças seja decorrência da forma de organização da escola e, em parte, de fatores extra-escolares decorrentes das condições de vida, como o estado nutricional e de saúde das crianças?

Dentro de uma visão holística e ecológica, portanto não reducionista ou fragmentária da realidade, precisamos analisar o fracasso escolar em sua totalidade. A situação calamitosa da escola passará então a ser considerada como socialmente produzida e não como fatalidade histórica ou obra de cruel destino.

Alguns estudiosos, fazendo uma análise apenas interna do sistema escolar, consideram a escola um sistema fechado, enquanto outros, entre os quais me incluo, indo além dessa análise, procuram compreendê-la como sistema aberto, condicionado por fatores históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Sem inocentar a escola, o que se procura, nesta segunda análise, é compreender o fracasso escolar em sua complexidade.

A partir do estudo da realidade sócio-econômica dos escolares da rede pública de ensino e de suas famílias, algumas indagações precisam ser feitas: a quem serve a escola? A quem se destina? A que objetivos atende? Com quem está comprometida? Deve ela ter objetivos exclusivamente pedagógicos? Qual é sua especificidade? Como deve se organizar para servir efetivamente à população que a procura?

Estas perguntas estiveram presentes em meus trabalhos de Mestrado e Doutorado e continuam no projeto de pesquisa para a Livre-docência como se poderá verificar em seguida.

UMA TRILOGIA DE TEMAS

Minha dissertação de Mestrado teve como título "Educar, assistir, recrear: um estudo de objetivos da pré-escola". A tese de Doutorado foi sobre "Merenda Escolar: uma contribuição para o seu estudo". Com o título provisório de "Educação, Saúde e Cidadania; um estudo sobre a saúde escolar", a Livre-Docência se encaminha no sentido de buscar as relações entre a Educação e a Saúde, tratando especificamente da Saúde Escolar e/ou da Educação para a Saúde.

No cerne dos três trabalhos está a busca de uma escola que saia da concordata, isto é, que salde suas dívidas com seus credores: os alunos, suas famílias e a sociedade. Foi a insatisfação com a "escola improdutiva" que me levou a estudar a pré-escola no Mestrado, a merenda escolar no Doutorado e a saúde escolar na Livre-docência.

OBJETIVOS DA PRÉ-ESCOLA PÚBLICA

No Mestrado, iniciado em 1972 e concluído em 1978, procurei estudar quais deveriam ser os objetivos da pré-escola pública. Na tríplice finalidade dos parques infantis paulistanos — educação, assistência e recreação — julguei ter encontrado o tripé dos objetivos da pré-escola pública brasileira.

Detive-me no estudo dos parques, consultando documentos e jornais do período de sua fundação e entrevistando alguns de seus fundadores, principalmente Paulo Duarte, definido por Sérgio Milliet como um Don Quixote moderno, além de Maria Aparecida Duarte e Nicanor Miranda.

Fundados em 1935, os primeiros anos dos parques infantis foram de sonhos, paixão e exílio, como atesta a correspondência entre Paulo Duarte e Mário de Andrade, este o primeiro diretor do Departamento Municipal de Cultura paulistano de cuja estrutura faziam parte os parques infantis.

Evidentemente, em minha proposta não existe nada de saudosismo ou anacronismo, pretendendo repetir meio século depois, o "modelo" dos parques infantis de 1935. O que defendo, isto sim, é a preservação do espírito e da filosofia educacional de seus fundadores, ou seja, a preocupação com a formação integral da criança e não apenas com o desenvolvimento cognitivo.

Respeitadas as diferenças de tempo e espaço, é mais ou menos o que hoje se busca nos Centros Integrados de Educação Popular (CIEPs) cariocas e no Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC) paulista.

O capítulo II da dissertação de Mestrado tratava da assistência — alimentar, médica, odontológica e sócio-econômica — nos parques infantis e como um dos objetivos da pré-escola pública brasileira.

Como justificar o objetivo assistencial em meio a polêmicas e embates ideológicos a respeito das "desgraças" perpetradas pelo sistema capitalista ou pelo Estado intervencionista? Como defender esse objetivo na pré-escola pública brasileira, enfrentando igualmente a "reserva de mercado" de pedagogos e o "corporativismo" de profissionais da área de saúde e serviço social em busca de novas oportunidades de trabalho? Como defender criticamente a assistência à criança sem ser rotulado de ingênuo ou de estar "colaborando para a manutenção das condições de desigualdade sócio-econômica", "ajudando na perpetuação das injustiças sociais", "amortecendo as tensões sociais em lugar de eliminá-las", "legitimando a exploração capitalista" etc?

Mesmo sabendo que estava me expondo a críticas, propus o triplice objetivo dos parques infantis paulistanos como os objetivos da pré-escola pública brasileira: educar, assistir, recrear. Sabia que a inclusão da assistência iria encontrar resistências e despertar polêmicas e mesmo assim a mantive. Por que?

Por acreditar que a busca de modelos para a pré-escola pública brasileira tem que levar em consideração a realidade da maioria da população além de considerar necessário o estabelecimento de distinção entre as pré-escolas particulares e as públicas, já que buscam atender grupos sociais diferentes.

Por estar convencido de que a pré-escola pública brasileira deve ser adequada à nossa realidade onde a pobreza e a miséria ainda não foram superadas.

Trata-se da pré-escola de um país considerado a oitava economia do mundo ocidental, mas com indicadores sociais incompatíveis com essa condição econômica. É a pré-escola de um país periférico, capitalista dependente, mistura de Biafra e Suíça, "europeu" economicamente e "afroasiático" socialmente, de contrastes entre a opulência de poucos e a pobreza, miséria e indigência de muitos, de uma das rendas mais concentradas do mundo, de um país de potencial invejável e de uma realidade social ignominiosa.

É a partir dessa constatação que considero o objetivo assistencial uma imposição da realidade, por maiores e mais justificáveis que sejam as restrições de natureza filosófica e/ou ideológica.

Pode — se, evidentemente, suavizar o termo "assistência", substituindo-o por "promoção humana" e fazer exercícios de especulação filosófica, antropológica e política. Não se deve, entretanto, esquecer de que existe uma realidade cruel que transcende toda e qualquer teoria por melhor formulada que seja. Pode-se e se deve fazer restrições e ressalvas, enfatizar a necessidade de uma postura crítica, não supervalorizar cândida e ingenuamente o papel da assistência ao educando.

Não se justifica, entretanto, rotular simplista e apressadamente toda e qualquer proposta assistencial de politicamente ingênuo.

Esta questão controvertida continuou presente e melhor explicitada na minha tese de doutoramento em que abordei a questão da merenda escolar.

MERENDA ESCOLAR: O DISCURSO E A PRÁTICA

Ao decidir estudar a merenda escolar, tive como primeira preocupação a desmitificação do discurso e a defesa da prática.

No cerne da problemática da merenda escolar, levantei o questionamento a respeito do significado da escola, da sua identidade e especificidade, de seu papel na sociedade brasileira atual.

Tradicionalmente se atribuiu à escola a função exclusiva de transmissão do saber acumulado pela geração mais velha, a instrução das novas gerações.

Definia-se a escola como a principal agência de educação formal e considerava-se boa escola aquela que conseguia desempenhar bem essa função.

A expectativa em relação à escola — freqüentada principalmente pelos filhos da elite, da aristocracia, da classe dirigente, das camadas média e alta da sociedade — era apenas de natureza pedagógica. Os privilegiados freqüentadores dessa instituição não precisavam da “sopa escolar” nem de material escolar (cadernos, lápis, borracha, etc.) diferentemente dos poucos alunos da “caixa escolar”. Enquanto os primeiros traziam seus saborosos lanches de casa, os últimos tomavam a sopa que a “caixa” lhes oferecia.

A escola se abriu para maior número de crianças, permitindo que os grupos sociais de menor renda tivessem acesso a ela. Ora, a escola tinha que se ajustar a essa nova “clientela”, adaptar-se às suas características sócio-econômicas e culturais. É nesse contexto que se encontra um dos fundamentos da merenda escolar.

Há necessidade, entretanto, de se distinguir o que se diz da merenda e o que de fato ela pode fazer, isto é, separar o discurso da prática.

Quantas vezes ouvimos frases como: “a família é que tem que dar comida para a criança. . . a criança tem que vir para a escola para estudar, não para comer. . . escola é lugar de educar, não de alimentar. . . escola não é restaurante nem refeitório. . . merenda escolar é paliativo. . . merenda é amortecedora de tensões sociais. . . merenda legitima as desigualdades sociais. . . dar merenda é contribuir para a permanência da sociedade capitalista e todos os males inerentes a esse sistema injusto e cruel” e assim por diante.

Os governos populistas costumam usar a merenda escolar como instrumento de propaganda política, fazem uso político dos programas

assistenciais, alardeiam “tudo pelo social” mesmo que isso não passe de “slogan” vazio não traduzido em números no orçamento.

Não raro, parte tanto do discurso oficial quanto do discurso acadêmico atribuem à merenda escolar o papel de resolver o problema do fracasso escolar e da desnutrição, oferecendo com isso maus argumentos para uma boa causa.

Existe ainda a questão dos interesses econômicos dos programas sociais. Vários autores constataram, por exemplo que, na origem da merenda escolar brasileira, mais do que os interesses das crianças, estava em jogo o objetivo de escoamento de excedentes agrícolas americanos.

É sabido também que grande parte dos recursos destinados a programas sociais é consumida em atividades-meio, na manutenção da máquina administrativa, se perde nos meandros do polvo burocrático, deixando de ser usada para a atividade-fim.

Quem negará que existe uma relação entre o poder econômico e político e a merenda escolar ou que esta serve também a outros interesses que não apenas os das “criancinhas”?

Sabendo dos maus usos, da rede de interesses, dos indícios de corrupção e impunidade na história da merenda escolar brasileira, é ainda possível defender a sua continuidade?

A CRIANÇA E A ÁGUA SUJA DO BANHO

A defesa da merenda escolar, para não ser nem cínica nem ingênua precisa vir acompanhada de importante distinção. Trata-se da já mencionada separação entre o discurso e a prática, isto é, entre o que se diz que ela é e o que, de fato, ela pode ser.

O discurso oficial tem levado à mistificação da merenda, enquanto o acadêmico a tem ora supervalorizado ora subvalorizado. A apresentação da merenda como solução do problema do fracasso escolar ou da desnutrição tem, paradoxalmente, contribuído para sua desmoralização, pois, se raciocina: se ela não resolve nem um problema nem o outro, para que serve? As freqüentes denúncias de uso político — eleiçoeiro de programas sociais de alimentação têm também arrefecido o ânimo de alguns de seus defensores.

A conhecida expressão segundo a qual “nada pior para uma boa causa do que um mau advogado” aplica-se muito bem ao nosso caso. Pensando nisso, tenho refletido muito e tomado cuidado com a defesa da merenda escolar.

Conhecendo as polêmicas que se travam em torno dela, encontro razões para justificá-la recorrendo a um outro conhecido ditado popu-

lar: "temos que jogar fora a água suja do banho sem jogar também a criança".

Independentemente e apesar dos equívocos e distorções, a merenda se justifica por três razões: Social ou assistencial, biológica e educativa.

A primeira razão consiste numa imposição da realidade vivida por grande parte das crianças que ingressa na escola e é característica de países subdesenvolvidos, devendo ser transitória e emergencial.

A segunda e a terceira razões independem do grau de desenvolvimento dos países, aplicando-se tanto aos socialmente subdesenvolvidos como o Brasil quanto aos desenvolvidos como o Japão, por exemplo.

MERENDA, UM BOM PALIATIVO

Quando se analisa o complexo fenômeno da desnutrição, chega-se à conclusão de que são muitas as causas de sua ocorrência e, portanto, muitas também as medidas que precisam ser tomadas, algumas imediatas e outras a médio e longo prazos. É no primeiro grupo que se situa a merenda, destinada a combater os efeitos e os sintomas, enquanto o lento combate às causas se processa. Vamos a uma comparação para ilustrar essa questão do combate aos efeitos concomitante com o combate às causas.

Uma criança chega ao hospital com febre alta. O médico não tem um diagnóstico preciso, mas o termômetro acusa uma febre de quase 40 graus. O estado febril deixa a criança prostrada, incomodada, com o corpo dolorido, e sem conseguir dormir. A criança deve estar com algum tipo de infecção o que leva o médico a solicitar exames laboratoriais para descobrir qual é a doença que se manifesta no sintoma febre. O que mais faz ele? Manda a criança para casa com 40 graus de febre porque sua função é combater causas e não efeitos? Ou receita um antitérmico para combater também o sintoma e aliviar o sofrimento da criança?

Pois bem, a merenda é o antitérmico, o tratamento de emergência, provisório, de primeiros socorros. Poderíamos dizer mesmo que a merenda faz parte da política de pronto-socorro.

Seria sensato, em nome das soluções definitivas, dos tratamentos prolongados, propor-se a extinção dos pronto-socorros? Seria plausível, em nome de uma desejada sociedade justa e igualitária, propor-se a extinção da merenda?

Este é, portanto, o primeiro fundamento da merenda escolar, que é o assistencial ou social. O que se espera é que o mais breve possível este fundamento seja superado, assim como os desajustes sociais brasileiros sejam vencidos no mais curto espaço de tempo.

MERENDA ESCOLAR, VALOR BIOLÓGICO

A merenda escolar vai acabar no dia em que tivermos construído a Utopia, nossos problemas sócio-econômicos estiverem resolvidos e todos os escolares puderem trazer de casa seus ricos e saborosos lanches? A merenda escolar não passa de um excelente paliativo? Ela é exclusiva de países socialmente subdesenvolvidos como o Brasil onde existe uma escandalosa concentração de renda, injustiça, miséria, indignidade e pobreza ao lado do desperdício e da opulência? Ou ela existe também em países que conseguiram equilibrar seu progresso social com o econômico e construir uma sociedade mais justa e humana, sem os grandes contrastes entre os ricos e os pobres?

Como já foi mencionado anteriormente, a merenda escolar não é exclusiva dos países subdesenvolvidos, em desenvolvimento ou desigualmente desenvolvidos, existindo entretanto diferença entre a merenda escolar de uns e a alimentação escolar de outros.

A diferença está na já mencionada tríplice finalidade da merenda escolar: assistencial ou social, biológica e educativa. A primeira finalidade é característica de países onde muitas crianças vão para a escola em jejum e encontram na merenda a única refeição do dia. As duas outras finalidades independem do grau de desenvolvimento e talvez sejam até mais comuns nos países em que as crianças vão à escola exclusivamente para estudar e aprender. A alimentação cumpre então uma função biológica, não tendo sentido a polêmica se a escola é ou não restaurante ou refeitório, do mesmo modo que não se discute se escola é ou não sanitário.

Nas escolas japonesas, por exemplo — segundo relato de uma colega que fez estágio naquele país para conhecer sua alimentação escolar, além de receberem educação, as crianças tomam balanceada refeição preparada em cozinhas industriais. As refeições são embaladas e transportadas para as escolas em caminhões térmicos. As crianças descarregam essas refeições que chegam ainda quentinhas, comem, amassam e jogam no lixo as embalagens e continuam suas atividades escolares normais.

Isso acontece porque as crianças passam o dia todo na escola e têm necessidade biológica de se alimentar. Esta é, portanto, a finalidade da merenda: satisfação de uma necessidade biológica. O Estado japonês, que investe no homem, se preocupa não apenas com a educação, mas também com a alimentação dos seus escolares.

Por que a criança japonesa se alimenta na escola? Porque depois de algum tempo sem alimento, esteja onde estiver, o ser humano de qualquer faixa etária necessita ingerir algum alimento. Ora, as crianças dos países desenvolvidos permanecem quase o dia todo na escola e fica mais fácil se alimentar ali mesmo do que ir para casa, mesmo porque muito provavelmente tanto seu pai como sua mãe devem estar

em seus empregos. Existe ainda a vantagem de se poder oferecer uma alimentação balanceada de proteínas, calorias, vitaminas, sais minerais, hidratos de carbono, enfim, com todos os nutrientes necessários ao seu desenvolvimento e à sua faixa etária. A escola não se transforma em restaurante ou refeitório só porque a criança come em suas dependências, assim como as residências em que moramos ou as empresas em que trabalhamos não "são" cozinhas ou refeitórios, mas apenas "têm" cozinhas e refeitórios, onde são preparadas e fornecidas refeições aos nossos familiares ou aos trabalhadores em serviço. Nos "campi" universitários, existem restaurantes onde são servidas refeições aos estudantes, funcionários e professores da Universidade por preços subsidiados. Mesmo os alunos que se referem à merenda escolar como "famigerado paliativo", assistencialismo ou paternalismo, freqüentam esses restaurantes subsidiados com recursos públicos e lutam contra qualquer tentativa de sua extinção, redução de subsídios e conseqüente aumento de preços das refeições.

Portanto, tanto a merenda escolar das escolas de primeiro e segundo graus quando o restaurante universitário atendem, ao fundamento biológico de matar a fome do período de aula, quer se trate de merenda ou de almoço escolar.

MERENDA ESCOLAR, VALOR EDUCATIVO

Uma finalidade da merenda escolar que parece não ter merecido a devida atenção é a educativa. Existe enorme potencial educativo a ser explorado pelo programa de merenda escolar.

A merenda oferece oportunidade para ensinamentos sobre o valor nutritivo dos alimentos, sua origem, sementeira, plantio, cultivo, colheita, comercialização.

Faz parte da formação da criança conhecer o relacionamento do homem com a terra e a natureza, a concepção do homem como produtor de seu sustento, dominador da natureza, de forma racional ou predatória.

Uma consciência ecológica pode ser desenvolvida na criança tomando como ponto de partida a merenda.

A horta escolar e as cantinas oferecem ricas oportunidades de educação. A primeira começa a ser explorada entre nós enquanto as últimas, geralmente, desempenham papel deseducativo, transformando-se em estabelecimento comercial qualquer dentro da escola e não espaço educativo.

Não se justifica que num país tropical como o Brasil, com tanto sol, espaço e terra, as crianças tenham que ficar confinadas em salas de aula quando poderiam ser levadas às hortas municipais, comunitá-

rias ou escolares, para aprender matemática, estudos sociais, botânica e tanta outra coisa.

Os apiários, ranários, tanques de peixes, granjas, sítios e fazendas, açougues, padarias, "vacas mecânicas" e outros estabelecimentos municipais de produção de alimentos poderiam ser transformados também em "locus" educativo, promovendo-se o casamento entre os meios de produção e os de educação.

Como se pode observar, a função educativa da merenda não se resume à educação alimentar no sentido de ensinar a comer. Esta é uma questão polêmica, objeto de incompreensões, que precisa ser melhor dimensionada.

Gostaria de ressaltar, entretanto, a riqueza que pode significar para a formação da criança o seu contato com a terra e a natureza, o ensino de geometria na horta, as visitas aos estabelecimentos municipais de produção de alimentos etc.

Com a exposição da tríplice finalidade da merenda escolar — social, biológica e educativa — espero ter deixado claras a riqueza e a complexidade desse tema, longe das simplificações e dos preconceitos que muitas vezes impedem que se reconheça, ao lado de seus limites, as suas imensas possibilidades.

O controvertido tema da educação alimentar e o reconhecimento das possibilidades educativas da merenda escolar me despertaram para estudar com mais profundidade uma questão que vem me interessando há muito tempo. Refiro-me à educação para a saúde, à saúde escolar, aos vínculos entre a educação e a saúde, à articulação entre a política de educação e a de saúde. É o nosso próximo assunto.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E CIDADANIA

Quando se estuda a história da educação brasileira, verifica-se que durante algum tempo a política educacional esteve administrativamente ligada à política sanitária.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, passando a Ministério da Educação e Cultura em 1953. Os Estados criaram também Secretarias de Educação e Saúde, estabelecendo-se internamente, tanto no Ministério quanto nas Secretarias Estaduais, dois Departamentos: o de Educação e o de Saúde o que faz supor que houvesse ou pudesse haver algum tipo de relacionamento entre essas duas áreas.

Tanto na minha dissertação de Mestrado quanto na tese de Doutorado, deixei implícita a necessidade de articulação entre as políticas de Educação e de Saúde. Meu projeto de Livre-Docência se encaminha no sentido da explicitação da necessidade dessa articulação.

A Educação e a Saúde; a Pedagogia e a Medicina; o saber pedagógico e o saber médico; o poder do educador e o poder do médico: que relações existem entre eles?

Pretendo inicialmente analisar o conceito, os fundamentos e os princípios fundamentais da saúde escolar e da educação para a saúde. Em seguida, dentro de minha área de estudo que é a pedagogia e, especificamente, a administração escolar, pretendo analisar as questões administrativas implícitas nessa articulação, ou seja, as implicações da atuação multiprofissional na instituição escolar, a especificidade da escola, a discussão a respeito dos "desvios pedagógicos", a preservação do pedagógico e a introdução de ações de saúde e promoção social na escola.

As recentes propostas de escola de tempo integral — como o CIEP no Estado do Rio de Janeiro e o PROFIC no Estado de São Paulo — têm suscitado interessante debate a respeito do significado do espaço escolar, questionando-se o papel exclusivamente pedagógico que lhe tem sido atribuído e indagando se não deveria haver uma abertura de seu campo de atuação, com a inclusão de ações de saúde e de promoção social, garantida, obviamente a preservação do seu papel pedagógico.

Os profissionais da educação e os profissionais da saúde fazem análises das políticas governamentais em suas respectivas áreas, constataam suas deficiências, apresentam propostas alternativas como os "médicos descalços" e os "educadores de pé no chão".

Parece-me que uma análise holística da Educação e da Saúde no Brasil mostraria que as misérias de uma e outra decorrem de uma questão central que é o não reconhecimento da cidadania de "pacientes" e "estudantes", daí porque penso na tríplice integração Educação — Saúde e Cidadania, analisando em profundidade os problemas educacionais e sanitários brasileiros.

Teríamos então uma visão integrada de Política Social. A política educacional vai mal? Vai. Mas, vão mal também a política sanitária, habitacional, agrícola, de transporte coletivo etc.

Saltará aos nossos olhos então o contraste entre os indicadores econômicos que classificam o Brasil como a oitava economia do mundo ocidental e os indicadores sociais que nos colocam entre os países da Ásia e África, realizando a simbiose entre a Bélgica e a Índia chamada "Belíndia".

Espero, com este estudo, revelar a "cara e a coroa" do Brasil, suas duas faces, sua contradição, seu contraste, seu paradoxo, seu lado luminoso e sua sombra, sua riqueza e sua miséria, o Céu de poucos, o Inferno de muitos e o Purgatório de alguns.

CONCLUSÃO

Ao apresentar um relato dos meus estudos acadêmicos desenvolvidos até aqui, quis mostrar o fio condutor entre eles e ressaltar a

necessidade de uma visão integrada das questões de Educação e de Saúde.

Pretendi ressaltar a necessidade de estudos interdisciplinares e de atuação multiprofissional com o objetivo de saldar a dívida social que a escola, atualmente em regime de concordata, tem para com a população em geral.

Como eixo central e pano de fundo, ressalte-se a necessidade do reconhecimento do direito à cidadania de todos os que procuram os serviços profissionais de médicos e educadores.

Sem defesas corporativas nem reservas de mercado, dentro de uma concepção interdisciplinar e multiprofissional, preservando suas especialidades, estas equipes devem prestar atendimento integrado, universal e de boa qualidade, cumprindo, com competência e compromisso, seus juramentos profissionais.

SUMMARY: Stemning from his academic researchs, the autor developes the theme of student assistence. Pre-school was the theme of his Master thesis and free school lunch of his Doctorate. His post-doctorate will deal with health and educational macro-planning. Having as central preoccupation the failure in-school, he develops in a critical fashion the role of "palhative," and its "antidotes". He tries to present in a down to earth manner the role of free school lunch and defends its practice with a three-fold aim: biological, assistencial, and educational. He comes to the conclusion that it is necessary to integrate professionals from the areas of education and health in an interdisciplinary and multi professional effort committed to the guarantee of the rights of citiyens. The author suggests the realization of studies to aproximate education and health, pedagogy and medicine, paramedics and education workers, professionals and researchers from these two areas often neglected in establishment of government priorities.

KEY-WORDS: Pre-school education. Free school lunch. Health. Students assistence. Social policy.

(Recebido para publicação em 4-06-88

e liberado em 16-09-88).